



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE  
DO NORTE – CAMPUS CANGUARETAMA  
DIREÇÃO ACADÊMICA  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

CARLA DE FREITAS CHAVES

**O USO PÚBLICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DO RIO  
GRANDE DO NORTE PELA ATIVIDADE TURÍSTICA: UMA ANÁLISE DO PLANO  
DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL MATA DA PIPA.**

CANGUARETAMA/RN  
2018

CARLA DE FREITAS CHAVES

**O USO PÚBLICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PELA ATIVIDADE TURÍSTICA: UMA ANÁLISE DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL MATA DA PIPA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN - Campus Canguaretama), como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão de Turismo.

Orientador: Fellipe José Silva Ferreira

CANGUARETAMA/RN

2018

FICHA CATALOGRÁFICA  
Catalogação na Fonte  
Biblioteca IFRN – *Campus* Canguaretama

C512u Chaves, Carla de Freitas.  
O uso público de unidades de conservação no Estado do Rio Grande do Norte pela atividade turística : uma análise do plano de manejo do Parque Estadual Mata da Pipa / Carla de Freitas Chaves. -- Canguaretama (RN), 2018.  
291 f. ; 30cm.

Monografia (Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 2018.  
Orientador: Fellipe José Silva Ferreira.

1. Turismo 2. Ecoturismo 3. Sustentabilidade. I. Título.

CDU: 338.48(813.2)

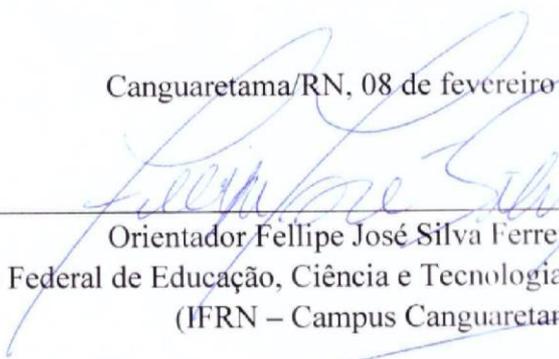
Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário  
Yuri Pontes Henrique CRB-15/461

CARLA DE FREITAS CHAVES

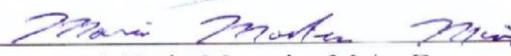
**O USO PÚBLICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PELA ATIVIDADE TURÍSTICA: UMA ANÁLISE DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL MATA DA PIPA**

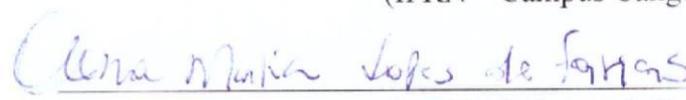
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN - Campus Canguaretama), como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão de Turismo.

Canguaretama/RN, 08 de fevereiro de 2018

  
Orientador Felipe José Silva Ferreira, M.E.  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
(IFRN – Campus Canguaretama)

Felipe José Silva Ferreira  
Professor EBTT/IFRN  
Campus Canguaretama  
Matrícula: 2204056

  
Márcio Monteiro Maia, Dr.  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
(IFRN – Campus Canguaretama)

  
Ana Maria Lopes de Farias, Esp.  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
(IFRN – Campus Canguaretama)

*“A força não provém da capacidade física. Provém de uma vontade indomável.”*

*Mahatma Gandhi (1869-1948)*

*Dedico este trabalho primeiramente a Deus, a minha família, meu marido Roberto e aos meus filhos João Roberto, e Gabriel que os amo muito!*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço este trabalho primeiramente a Deus, aos meus filhos e marido que sempre me apoiaram para que eu chegasse até o fim na minha graduação.

A minha querida professora Paula Brumatti, a quem tive a honra de ser bolsista em seu projeto de pesquisa, e através desse projeto que começou em 2015, ter a possibilidade de publicar este artigo, no qual não teria sido possível sem a ajuda da professora Ana Neri Paz Justino, co-autora do artigo, e a quem agradeço imensamente, pois fez parte do projeto de pesquisa e contribuiu para a publicação.

Meus agradecimentos, também ao meu professor orientador, Fellipe José Silva Ferreira por aceitar ser meu orientador, e se dedicou para me ajudar em todo o processo.

A minha mãe querida Elizabeth de Freitas que sempre foi uma incentivadora dos meus estudos dando sempre apoio nas horas mais difíceis, e me ajudando para não desistir.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)- Canguaretama, pela oportunidade de fazer o curso e a seus docentes, direção e administração pelo empenho, profissionalismo e ética que sempre proporcionaram.

Enfim agradeço a todos os professores do Curso Gestão em Turismo do Campus Canguaretama, pela dedicação e carinho com todos os alunos.

Serei eternamente grata, pelo conhecimento acadêmico e de vida adquiridos nesta Instituição.

Muito Obrigada, a todos! Sem o apoio de cada um de vocês está conquista não seria possível.

## RESUMO

O desafio no desenvolvimento do turismo em Unidades de Conservação consiste em aliar uma prática responsável integrada à diversidade sociocultural e à conservação da biodiversidade. Para isso, os Planos de Manejo das UC's, tornam-se importantes ferramentas de orientação quanto ao uso público destas áreas. Este estudo propõe analisar o Plano de Manejo do Parque Estadual Mata da Pipa (PEMP), localizado em Tibau do Sul, Estado do Rio grande do Norte, embasado em pesquisa bibliográfica e documental, por meio de variáveis predeterminadas, analisadas qualitativamente. Embora o Parque preveja o uso público por meio de visitas e ecoturismo, ele não apresenta subsídios consistentes e bem definidos de ordenamento destas atividades, dificultando o aproveitamento dos benefícios potenciais do ecoturismo. Espera-se que esta análise venha colaborar para a gestão do turismo em Unidades de Conservação.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade. Turismo. Ecoturismo. Unidades de Proteção Ambiental.

## RESUMEN

El desafío en el desarrollo del turismo en las áreas protegidas es responsable de combinar la práctica integrada la diversidad socio-cultural y de conservación de la biodiversidad. Para ello, los planes de gestión de las áreas se convierten en herramientas importantes de orientación sobre el uso público de estas áreas. Este estudio tiene como objetivo analizar el Plan de Gestión para el parque de estado de Mata da Pipa (PEMP), que se encuentra en Tibau do Sul, Estado de Río Grande del Norte, basado en la investigación bibliográfica y documental, y por medio de variables predeterminadas analizadas cualitativamente. Aunque el parque ofrece para uso público a través de las visitas y el ecoturismo, no ha consistido en subsidios y ordenar bien definido de estas actividades, lo que dificulta la utilización de las potencialidades de los beneficios del ecoturismo. Se confía en que este análisis contribuya a la gestión del turismo en las áreas protegidas.

**Palabras claves:** Sostenibilidad. Turismo. Ecoturismo. Unidades de protección del medio ambiente.

## **LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1: Localização e área de abrangência do Parque Estadual Mata da Pipa- RN.....20

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Quadro verificação da presença dos critérios de análise no Plano de Manejo do PEMP.....	24
---	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APA - Área de Proteção Ambiental

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEMA- Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente

OMT- Organização Mundial do Turismo

PEMP- Parque Estadual Mata da Pipa

PUP- Plano de Uso Público

PNUMA- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

SNUC- Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

UC- Unidade de Conservação

UNIEMP- Fórum Permanente das Relações Universidade Empresa

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1.1 JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>14</b>
<b>1.2 OBJETIVOS.....</b>	<b>16</b>
<i>1.2.1 Geral.....</i>	<i>16</i>
<i>1.2.2 Específicos.....</i>	<i>16</i>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>17</b>
<b>2.1 ÁREA DE ESTUDO.....</b>	<b>20</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>22</b>
<b>4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>23</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>28</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente é evidente a preocupação mundial frente à exploração dos recursos naturais realizada pelos mais diversos setores da sociedade. Neste sentido, passa-se a acreditar que o turismo, como um fenômeno econômico e social em grande expansão no mundo que utiliza os recursos naturais e culturais de determinada localidade, vem contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural de amplas regiões, mas que tem, ao mesmo tempo, o potencial para degradar o ambiente natural, as estruturas sociais e a herança cultural dos povos (WWF, 2003).

A própria noção de conservação ambiental, por meio da criação de áreas protegidas, surge associada a idéia de contemplação e lazer. E por meio da valorização estética da paisagem, do aumento do tempo livre, de um maior deslocamento de pessoas entre regiões e, do desejo de estar em contato com a natureza se estabelece a demanda maior pelas atividades recreativas, esportivas e turísticas em áreas naturais (RIFAN, 2011).

Neste movimento, ganham destaque as Unidades de Conservação (UC's), por serem consideradas destinos turísticos “exóticos” e ou dirigidos a ambientes de grande interesse paisagístico-ecológico (SERRANO, 2000; RUSSO, 2001), e poderem, de certa forma, garantir a manutenção de suas atrações em longo prazo através de leis restritivas (ROE *et.al*, 1997).

O governo federal compreende que o ecoturismo representa uma atividade estratégica capaz de gerar empregos, capacitação profissional e distribuição de renda às populações que habitam o entorno das UC's, possibilitando a existência de um grande programa de educação ambiental através da interação entre turistas e natureza, que contribua na consolidação do patrimônio ambiental.

Dos objetivos de conservação destacados pelo Ministério do Meio Ambiente (2006) relacionados ao uso público das unidades de conservação pelo turismo tem-se “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico”. Porém, os próprios ministérios do turismo e do meio ambiente reconhecem que o desafio consiste em desenvolver um turismo responsável e integrado à diversidade sociocultural, aos conhecimentos tradicionais e à conservação da biodiversidade (MMA, 2006). Para isso estão previstos os Planos de Manejo e Planos de Uso Público, a matriz para a implementação, manutenção e uso de uma unidade de conservação.

Segundo Leuzinger (2010), a maior eficiência na administração e manejo das áreas naturais protegidas está no Plano de Uso Público (PUP), um dos documentos componentes do Plano de Manejo. O PUP define as formas sustentáveis de utilização das UCs para conservar seus atributos naturais e históricos, através da análise da infraestrutura, estudo da demanda e otimização de atividades, proporcionando ao usuário a oportunidade de interagir, da melhor forma possível, com a natureza.

Portanto, entende-se que o ecoturismo ou o turismo praticado em unidades de conservação pode levar à conservação da natureza e a uma maior conscientização ambiental, mas a efetividade deste processo requer inúmeras ponderações.

Fatores como o estabelecimento da capacidade de carga que respeitem os limites de mudanças aceitáveis, o zoneamento das áreas acessíveis aos turistas, a criação de permissões, licenças e taxas, a criação de sistemas de gerenciamento dos visitantes e o estabelecimento de estratégias adequadas de marketing e educação representam importantes ferramentas para o desenvolvimento sustentável do turismo, devendo estar presentes no planejamento de qualquer destino ou atração turística (OMT, 2003; RUSCHMANN, 2001; LINDBERG e HUBER Jr., 2001).

Segundo o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA/RN (2015), o Estado possui atualmente 238 mil hectares em Unidades Estaduais de Conservação, o que corresponde a 4,5% do seu território. Estas unidades estão localizadas, em sua maior parte, ao longo do litoral potiguar. Ainda, de acordo com o IDEMA, o turismo é uma das principais atividades econômicas do Rio Grande do Norte, com grande potencial turístico relacionado aos atrativos naturais que revelam o turismo de sol e mar, agregados a outros segmentos.

Considerando que a área litorânea contempla tanto as Unidades de Conservação como as zonas de interesse turístico do estado, faz-se necessário atentar-se às medidas dotadas para viabilizar as atividades recreativas e turísticas nestes espaços, de forma a garantir a manutenção de seus recursos, sejam eles naturais e/ou socioculturais.

Para tanto, o presente artigo assume como objeto analisar o Plano de Manejo e Uso Público da unidade de conservação Parque Estadual Mata da Pipa (PEMP), localizado em Tibau do Sul, Estado do Rio grande do Norte, por se tratar de uma área remanescente de Mata Atlântica e ser vulnerável aos impactos da expansão imobiliária na região. A análise ocorrerá através da avaliação das propostas e programas adotados quanto a utilização desta área por atividades recreativas e turísticas.

## 1.1 Justificativa

A importância da preservação do Parque está relacionada à pressão que este remanescente vem sofrendo pela expansão imobiliária na região, visto ser Tibau do Sul um dos polos turísticos mais importantes do Estado.

Na perspectiva do uso público de unidades de conservação através de atividades de educação ambiental, recreativa e turística, estudos relacionados à microrregião do Litoral Sul do Rio Grande do Norte merecem atenção. Compreendida pelos municípios de Arês, Baía Formosa, Canguaretama, Espírito Santo, Goianinha, Montanhas, Pedro Velho, Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul e Vila Flor, a região litorânea apresenta três das oito unidades de conservação legalmente instituídas e ainda está inserida na zona de interesse turístico do Estado.

Considerando que a área litorânea contempla tanto as Unidades de Conservação como as zonas de interesse turístico do Estado, faz-se necessário atentar-se as medidas dotadas para viabilizar as atividades recreativas e turísticas nestes espaços, de forma a garantir a manutenção de seus recursos, sejam eles naturais e/ou socioculturais.

## **1.2 Objetivos**

### *1.2.1 Geral*

Analisar o Plano de Manejo e Uso Público da Unidade de Conservação do Parque Estadual Mata da Pipa (PEMP) -Tibau do Sul – RN, através da avaliação das propostas e programas relacionados às atividades turísticas e recreativas.

### *1.2.2 Específicos*

- ✓ Identificar as propostas de uso público do Plano de Manejo, referente às atividades recreativas e turísticas;
- ✓ Analisar de forma crítica o Plano de Uso Público do PEMP no que se refere as diretrizes propostas referentes as atividades recreativas e turísticas.
- ✓ Analisar as propostas de gestão do turismo no Plano de Manejo que conduzam à conservação deste ambiente de relevância socioambiental.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A história da criação e reconhecimento legal das Unidades de Conservação no Brasil está diretamente relacionada a criação dos primeiros parques nacionais na década de 1930, os quais foram selecionados na ocasião em função do fácil acesso, beleza cênica e usos públicos, privilegiando o litoral. Tal fato leva a crer que representam áreas sob grandes pressões antrópicas e de interesse turístico no país (LEUZINGER, 2009).

Em 2000 é editada a Lei n.º 9.985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, o qual define um conjunto de diretrizes e procedimentos oficiais que possibilitam às esferas governamentais federal, estadual e municipal e à iniciativa privada a criação, implantação e gestão de unidades de conservação<sup>1</sup> (UC), sistematizando assim a preservação ambiental no Brasil.

São elencadas 12 categorias de manejo distintas, divididas em dois grupos: as Unidades de Proteção Integral, admitindo apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, como atividades educacionais, recreativas e turísticas: (i) Estação Ecológica, (ii) Reserva Biológica, (iii) Parque Nacional, (iv) Monumento Natural, (v) Refúgio de Vida Silvestre; e as Unidades de Uso Sustentável, nas quais é permitido o uso direto dos recursos naturais de maneira a garantir a perenidade dos mesmos e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável: (i) Área de Proteção Ambiental, (ii) Área de Relevante Interesse Ecológico, (iii) Floresta Nacional, (iv) Reserva Extrativista, (v) Reserva de Fauna, (vi) Reserva de Desenvolvimento Sustentável, (vii) Reserva Particular do Patrimônio Natural.

O Ministério do Meio Ambiente (2006) compreende que atividades de lazer e turismo nas unidades de conservação vem diretamente “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico”.

Cabe frisar que o lazer é uma atividade que satisfaz as necessidades das pessoas, fazendo com que ao longo de suas vidas elas tenham a oportunidade de vivenciar interesses

---

<sup>1</sup> Define-se a Unidade de Conservação como o “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000)

físicos, artísticos, sociais, manuais, intelectuais (DUMAZEDIER, 2002), turísticos (CAMARGO, 1989) e virtuais (SCHWARTZ, 2003). Assim, uma prática do lazer integral seria aquela que oportunizasse aos indivíduos o usufruto de todos os conteúdos do lazer ao longo de sua vida.

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 1973, p.34)

Com as mudanças sociais e tecnológicas, ocorridas principalmente a partir dos anos de 1950, as viagens transformaram-se na atividade de lazer mais desejada e acessível, proporcionando, cada vez mais, experiências enriquecedoras aos viajantes, nas suas mais diversas formas e em lugares extremamente distintos, transformando-se num fenômeno mundial complexo.

Com a maturidade do setor turístico e a maior informação e sofisticação dos turistas, desenvolveram-se tipos especiais de serviços e produtos para atender às suas necessidades. Esses serviços e produtos originaram-se de mudanças e de pressões exercidas sobre componentes da oferta turística (como destinos e atrações), bem como sobre o público viajante (OMT, 2003, p.86).

Neste contexto, dentre as várias possibilidades de intervenções turísticas, estão àquelas voltadas para as práticas recreativas que se utilizam do espaço natural. Além das várias possibilidades de intervenções de lazer na natureza também existem os vários segmentos turísticos neste sentido.

No final da década de 80, com o amadurecimento do mercado turístico, o crescimento das atividades de lazer praticadas no meio natural; e das preocupações com a minimização dos impactos negativos do turismo, pela utilização dos recursos naturais, constata-se um significativo crescimento da demanda pelo ecoturismo, inclusive nas áreas legalmente protegidas.

De acordo com Dias (2003, p. 109), o ecoturismo foi inicialmente definido por Hector Ceballos-Laurscurain, em 1983, e publicado por Elizabeth Boo em 1990 no livro *Ecotourism: the potencial and pitfalls*, como:

o turismo que consiste em viajar para áreas naturais não degradadas ou não poluídas, com o objetivo específico de estudar, admirar e fruir a paisagem e sua fauna e flora, tanto quanto manifestações culturais (do passado e

presente) encontradas nestas áreas.[...] O fator principal é que a pessoa que pratica o ecoturismo tem a oportunidade de mergulhar na natureza de uma maneira diferente daquela que usualmente ocorre na vida urbana cotidiana.

Assim, uma atividade de lazer e de contemplação só pode ser considerada ecoturismo se for além do consumo da paisagem de um determinado lugar, ou seja, o planejamento responsável da mesma deve levar em conta todos os aspectos resultantes desta interação turista x localidade visitada e considerar os aspectos da experiência turística para a pessoa que realiza a viagem.

A contribuição do turismo para a garantia do bem estar ambiental e ecológico está associado ao provimento de incentivos e renda necessários à manutenção dos recursos naturais, ou mesmo áreas de preservação ambiental. A própria receita gerada pelas atrações turísticas pode ser investida na manutenção e gerenciamento das áreas e em mecanismos mais racionais de utilização destes recursos, substituindo outras práticas mais agressivas e minimizando, assim, os possíveis impactos negativos (OMT, 2003).

É inegável a possibilidade que o turismo tem em promover a descoberta e acessibilidade de certos aspectos naturais, estimular o reconhecimento e a valorização dos elementos da natureza e estreitar as relações psicofísicas entre o homem e seu ambiente natural (RUSCHMANN, 2001), entretanto, como qualquer atividade econômica e antrópica, ele é capaz de causar impactos negativos nos espaços onde ocorre. Mendonça e Neiman (2000) apontam ainda que as prioridades de conservação da Natureza e das culturas locais não vêm sendo minimamente atendidas pelo vertiginoso crescimento dessa atividade e que as agências de Ecoturismo possuem um caráter estritamente empresarial.

Entende-se então, que, o turismo praticado em ambientes naturais pode colaborar com a conservação da natureza e a uma maior conscientização ambiental, mas a efetividade deste processo requer análises.

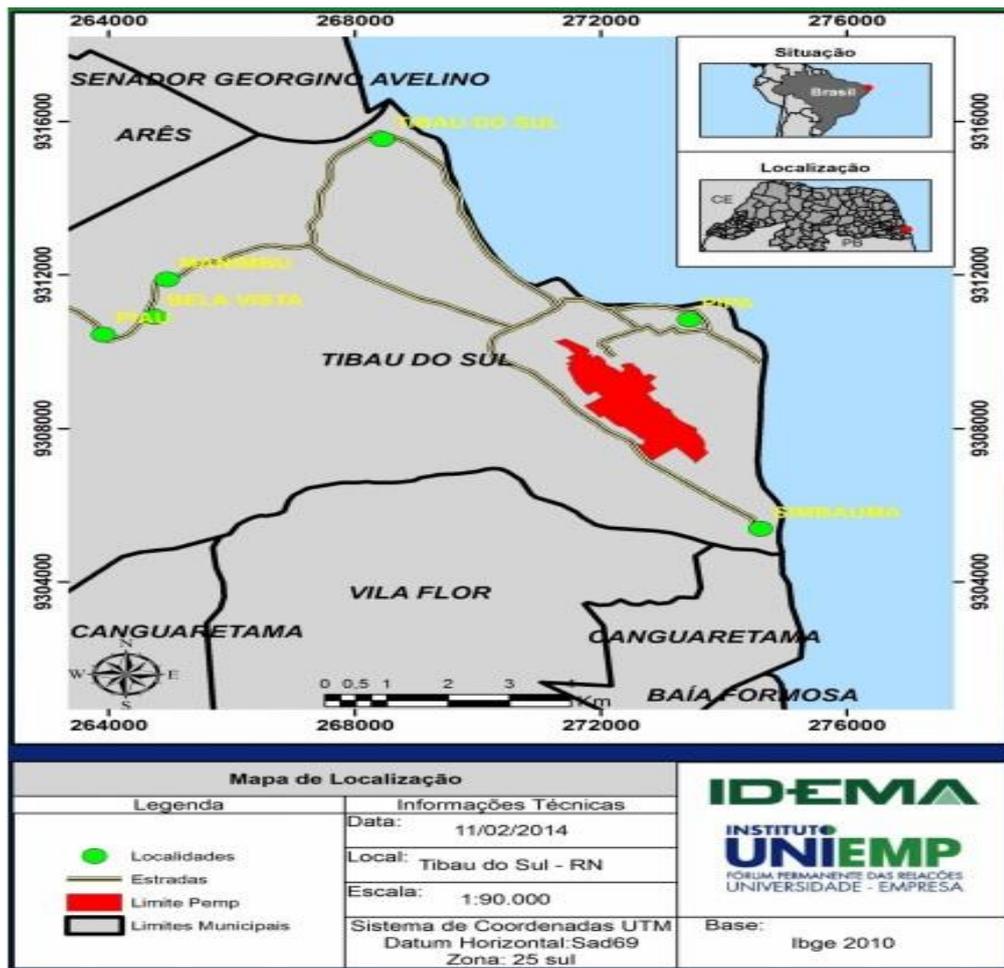
Na teoria, a principal ferramenta de gerenciamento das Unidades de Conservação, refere-se ao Plano de Manejo, que consiste no documento técnico onde se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive pelo turismo, e da implantação das estruturas físicas necessárias a gestão da unidade. Para Dourojeanni (2003), ele deve se basear sobre a realidade atual para escolher, das opções disponíveis, as decisões que tática e estrategicamente melhor viabilizem cumprir os objetivos que a legislação prevê para cada categoria.

Portanto, devido à importância e fragilidade destes ambientes, a preocupação com a conservação deles é cada vez maior e, assim, maior a necessidade de conhecimento das diretrizes adotadas no uso público e turístico de seus atributos socioambientais.

## 2.1 Área de Estudo

O Parque Estadual Mata da Pipa (PEMP), criado pelo Decreto Estadual nº 19.341 de 12 de setembro de 2006, está localizado no município de Tibau do Sul no Estado do Rio Grande do Norte, distante aproximadamente 90 km de Natal e ocupa uma área de 290,88 hectares inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) Bonfim - Guaráíras, criada por Decreto Estadual nº 14.369 de março de 1999, conforme figura abaixo (IDEMA, 2014).

**FIGURA 1: Localização e área de abrangência do Parque Estadual Mata da Pipa- RN**



Fonte: Uniemep (2013).

Fonte: UNIMEP (2013)

A iniciativa de proteger esta área se deu em 2005 em virtude da necessidade de preservação dos remanescentes de Mata Atlântica, com alto índice de biodiversidade e espaços propícios ao desenvolvimento de práticas voltadas à visitação pública, e nascentes de rios responsáveis pelo abastecimento do município de Tibau do Sul e seu entorno (IDEMA 2014).

A importância da preservação do Parque está relacionada à pressão que este remanescente vem sofrendo pela expansão imobiliária na região, visto ser Tibau do Sul um dos polos turísticos mais importantes do Estado. Em março de 2014, é aprovado o Plano de Manejo e Zoneamento Ecológico Econômico do Parque Estadual Mata da Pipa. De acordo com o documento, o Zoneamento do Parque é composto por 1 (uma) Zona de Preservação, 2 (duas) Zonas de Conservação e Áreas de Recuperação.

Em todas as zonas definidas, de preservação, conservação e de recuperação, são previstas visitas. Já as atividades de educação ambiental e instalações de infraestrutura estão previstas nas zonas de preservação e conservação. Portanto o uso público do Parque abrange toda a sua área.

### **3 METODOLOGIA**

De acordo com a OMT (2003), estudos que envolvem o planejamento para o desenvolvimento de atrações e atividades turísticas devem incluir a pesquisa a documentos que norteiam e definem diretrizes de ações. Assim, no tocante ao método de pesquisa, ou seja, o conjunto de técnicas a serem utilizadas neste estudo, serão consideradas as: pesquisas bibliográficas e as pesquisas documentais, baseadas na análise do Plano de Manejo e de Uso Público da Unidade de Conservação em questão.

Na perspectiva de atender ao objetivo da presente investigação a metodologia basear-se-á num estudo descritivo analítico do documento, onde alguns aspectos serão verificados e analisados como: (1) estabelecimento da capacidade de carga, (2) o zoneamento das áreas acessíveis aos turistas, (3) a criação de permissões, licenças e taxas, (4) a criação de sistemas de gerenciamento dos visitantes, (5) o estabelecimento de estratégias adequadas de marketing, (6) estratégias de educação ambiental para visitantes e comunidades do entorno da Unidade de Conservação e (7) análise dos benefícios potenciais para a sociedade local com a uso público recreativo e turístico desta área.

#### 4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Considerando a proposta metodológica deste estudo, serão discutidos, neste momento, as informações contidas no Plano de Manejo do Parque Estadual Mata da Pipa, elaborado em 2014 pelo IDEMA e Instituto UNIEMP, as quais se referem ao uso público da UC para fins recreativos e turísticos.

O povoado de Tibau do Sul se desenvolveu através da agricultura e da pesca, mas a partir da década de 1970, foi aumentando o interesse sobre o turismo na área. De acordo com a comunidade local participante das oficinas promovidas pelo órgão ambiental, “Como conhecida atualmente, Pipa foi descoberta por surfistas que a fizeram o que é hoje, ou seja, dinâmica e com grande potencial de atração, de fluxos de pessoas, mercadorias e capital”. Fato este evidenciado com o crescimento da taxa do PIB em 16,72%, no período de 2002 a 2010, em detrimento do crescimento do setor terciário e construção civil, setores diretamente relacionados ao desenvolvimento do turismo.

Porém, as mesmas pessoas relataram que “não foram apenas externalidades positivas que surgiram, uma vez que há problemas sociais relacionados às drogas, e isso tem afetado diretamente os jovens” e, portanto, o desenvolvimento turístico local já vem apresentando impactos negativos nesta comunidade. É de extrema relevância apontar que, segundo dados do IBGE – 2010 (IDEMA, 2014), a variação populacional em Tibau do Sul entre 2000 e 2010 foi de 26,92%, o que representou uma taxa de crescimento populacional de 3,9% variando de 7.749 pessoas, em 2000, para 11.385 pessoas, em 2010, o que conduziu novas formas de uso e ocupação do solo na região, inclusive pela presença significativa de estrangeiros.

Frente a essa realidade e baseado na leitura crítica do documento norteador das ações possíveis dentro do Parque e as variáveis de análise propostas referentes às diretrizes de uso público da UC para fins recreativos e turísticos, verificou-se a situação apresentada no quadro 1.

**QUADRO 1: Verificação da presença dos critérios de análise no Plano de Manejo do PEMP.**

Variáveis	Situação	Observação
1- Estabelecimento da capacidade de carga	Inexistente	Relata que haverá limite e controle, mas não determina a capacidade de carga da área.
2- Zoneamento das áreas acessíveis aos turistas	Existente	Refere-se ao zoneamento ambiental, o qual prevê visitação em todas as zonas.
3- Estratégias de marketing	Existente	Não voltada exclusivamente à visitação turística.
4- Permissões, licenças e taxas	Inexistente	Não há referência nenhuma
5- Sistemas de gerenciamento dos visitantes	Existente	Proposta para desenvolvimento de ecoturismo, trilhas e plano de visitação.
6- Programa de Educação ambiental	Existente	Critério melhor definido.
7- Análise dos benefícios gerados pelo turismo	Inexistente	Citação de benefícios potenciais de maneira superficial.

Primeiramente, verifica-se a ausência de uma definição clara do número de visitantes e capacidade de carga relacionada a essa UC. Segundo Boo (1990 *apud* RUSCHMANN, 2001), entende-se por capacidade de carga o número máximo de visitantes (dia/mês/ano) que uma área pode suportar sem que ocorram alterações nos meio físico e social. Trata-se de um instrumento de controle prévio para a promoção do turismo sustentável, pois considera aspectos de capacidade ecológica, psicológica, de instalações na área e de diversos usos do espaço natural (RUSCHMANN, 2001).

Em relação à primeira variável de análise, verifica-se a seguinte proposição “*O PEMP tem o potencial de apresentar trilhas sinalizadas para passeios de grupos de visitantes com o acompanhamento de guias treinados, limitando-se o número máximo de pessoas de acordo com a regulamentação prevista dentro do plano de manejo*”. No entanto, em todo o documento não é apresentado este número.

Quanto ao zoneamento, ele ocorre de maneira generalista e descreve que a visitação é permitida em todas as zonas definidas. Não houve a criação ou delimitação de uma área destinada, especificamente, para o uso turístico e recreativo. O documento também não traz informações sobre determinação de permissões, licenças e taxas, para a prática turística ou mesmo de visitação, apenas sugerindo a necessidade de controle e participação do órgão administrativo da UC, no caso, o IDEMA.

Ao terceiro aspecto, sobre o programa de ação de marketing que visa elaborar ações de publicidade em diversos eventos que tenham relação com o PEMP, utilizando as operadoras turísticas na captação de demanda para o estado do Rio Grande do Norte: material impresso e vídeo-documentário. Este está voltado a dois tipos de público: um interno e outro

externo. Abrangendo o público externo, visitantes e turistas nacionais e estrangeiros, e o outro lado ao público interno que abrange os órgãos de governo municipal, estadual e federal, gestores e técnicos do IDEMA, habitantes das comunidades rurais e urbanas, comunidade científica, comunidade tradicionais e sindicatos e associações de classe, onde todos os públicos se envolvam com a causa ambiental, visando tornar público os propósitos de proteger a diversidade biológica presente na Mata Atlântica remanescente na área.

Quando se trata de estratégias de marketing voltadas para o ecoturismo é importante considerar como se definem oferta e demanda. Assim, é preciso deixar claro quais componentes da oferta serão transformados em produtos e serviços turísticos para ser disponibilizados aos consumidores, ou seja, a demanda turística. Neste caso, como se trata de um público alvo com características tão distintas, o ideal é tentar sair da comercialização massificada do turismo realizada pelas operadoras turísticas.

Para que isso ocorra se faz mister a realização de consistentes pesquisas de demanda a fim de se traçar um perfil detalhado dos potenciais frequentadores de UC's. Estes praticantes, por sua vez, devem estar inseridos em um público com especificidades distintas, pois os desdobramentos de sua visita em determinada localidade poderão acarretar danos irreversíveis para o ambiente visitado. É neste ponto que é preciso cautela nos critérios utilizados para distribuição da oferta para o ecoturismo pelos agentes de mercado. Deste modo é necessário considerar a saída do modelo generalista promovido pelo turismo de massa para algo mais personalizado e direcionado (ANSARAH, 2005).

Sobre o sistema de gerenciamento dos visitantes, observa-se no plano de manejo a proposta para o desenvolvimento de ecoturismo, trilhas e plano de visita. Segundo Costa (2002), os parques são considerados as áreas mais atrativas para o desenvolvimento de atividades de ecoturismo. No entanto, o uso público dessas unidades de conservação, a partir de seus objetivos básicos, está sujeito às normas estabelecidas no plano de manejo. Através do Programa de Monitoramento da Visita, o gerenciamento e planejamento da visita devem considerar múltiplas formas de organização da visita, tais como: visita individuais e em grupos espontâneos e grupos organizados de forma não comercial e comercialmente, entre outras (IDEMA 2014).

Referente à análise sobre o Programa de Educação Ambiental, o Plano de Manejo traz como objetivo do programa “desenvolver a sensibilização e conscientização ambiental coletiva dos gestores públicos, da população presente nas comunidades da Zona de amortecimento e de todos que visitam o parque, promovendo o exercício da cidadania e a

mudança de comportamento com relação ao meio ambiente, principalmente, para a preservação dos remanescentes do bioma Mata Atlântica”. Partindo da premissa da “Sensibilização, conscientização e reconhecimento do PEMP pela comunidade e visitantes” o documento destina 10 páginas para apresentação de uma proposta sistemática de intervenção para alcançar o público alvo definido.

Especificamente às ações voltadas às atividades turísticas e recreativas o documento propõe a prática do ecoturismo dentro do Parque, através da realização de trilhas educativas e interpretativas, palestras e distribuição de materiais informativos, atividades lúdico-pedagógicas, sem definir quais, e realização de eventos. Verifica-se, portanto, que a visitação da área se dará por meio das trilhas e supervisionada pela equipe do IDEMA, mas não apresenta detalhamentos sobre formas de controle dos possíveis impactos da visitação, formas de condução para sensibilização e formas de participação local efetiva na prática do turismo dentro da unidade.

Quando se trata do item análise dos benefícios gerados pelo turismo o plano de manejo do PEMP não destaca especificamente como seriam esses ganhos. Em um pequeno trecho o destaque que se dá a esse tema é de forma geral, quando fala “que o turismo no Rio Grande do Norte é uma atividade geradora de divisas e renda para as localidades receptoras, especialmente, aquelas situadas na faixa litorânea. E dentro da segmentação turística, o turismo de sol e mar associado ao turismo de aventura, tem se constituído em uma das bases econômicas do Estado, seja em áreas naturais ou construídas”.

A partir das afirmações de Boo (1992), Serrano (1997) registra que o benefício turismo em UC’s deve ir além da geração de receitas provenientes das taxas. O viés econômico deve estar dentro de um contexto de integração das UC’s e seu entorno, comunicação ambiental tanto de forma dirigida quanto espontânea, incremento de territórios para intervenções de recreação e lazer, aumento da fiscalização a partir da atuação dos visitantes e do controle dos grupos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo partiu do propósito de analisar o Plano de Manejo e Uso Público da unidade de conservação Parque Estadual Mata da Pipa (PEMP), localizado em Tibau do Sul, Estado do Rio grande do Norte. A esse respeito pode-se afirmar que tal objetivo foi alcançado a partir da definição e análise das seguintes variáveis: capacidade de carga; zoneamento das áreas acessíveis aos turistas; estratégias de marketing; permissões, licenças e taxas; sistemas de gerenciamento dos visitantes; programa de educação ambiental; e análise dos benefícios gerados pelo turismo. Conclui-se que, embora o Parque preveja o uso público por meio de visitas e ecoturismo, ele não apresenta subsídios consistentes e bem definidos de ordenamento destas atividades, dificultando o aproveitamento dos benefícios potenciais relacionados ao ecoturismo.

Espera-se, portanto, que a realização deste estudo contribua para uma reflexão crítica acerca da gestão turística no PEMP. Além disso, que sua realização estimule a prospecção de estudos futuros com a mesma finalidade em outras UC's, juntamente com a possibilidade de correlação entre os mesmos, de modo a contribuir para a sistematização dos benefícios gerados pela atividade turística na conservação dos recursos socioambientais da região, do Estado e do Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ANSARAH, M. G. dos R. Turismo e segmentação de mercado: novos segmentos. In: TRIGO, L. G. G. (Editor); PANOSSO NETO, A.; CARVALHO, M. A.; PIRES, P. dos S. (Coeditores). *Análises regionais e globais do turismo brasileiro*. São Paulo: Roca, 2005.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Ecoturismo: orientações básicas*. Brasília, 2008.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Diretrizes para visitação em unidades de conservação*. Ministério do meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de áreas protegidas. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.
- CAMARGO, L. O. de L. *O que é lazer*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 1989.
- COSTA, P. C. *Unidades de Conservação: matéria-prima do ecoturismo*. São Paulo: Aleph, 2002.
- DIAS, R. *Turismo sustentável e meio ambiente*. São Paulo: Atlas, 2003.
- DOUROJEANNI, MARC J. Análise Crítica dos Planos de Manejo de Áreas Protegidas no Brasil. In *Áreas Protegidas: Conservação no Âmbito do Cone Sul* (A. Bager, ed.) Pelotas, pp. 1-20, 2003.
- DUMAZEDIER, J. *Sociologia empírica do lazer*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva: Sesc, 2008.- (Debates; 164./ dirigida por J. Guinsburg), 1915- 2002.
- DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- HAWKINS, K. e LINDBERG, D. E. (Orgs.) *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. 3. ed. São Paulo, SP: SENAC, 2001.
- IDEMA, *Perfil do Rio grande do Norte*. IDEMA: Natal – RN, 2015. Disponível em: <<http://www.seplan.rn.gov.br/arquivos/download/PERFIL%20DO%20RN.pdf>>. Acesso em: 22 ago 2015.
- LEUZINGER, M. D. *Uso Público em Unidades de Conservação*. Congresso de Direito Ambiental da PUC-RIO, 2010, Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.nima.pucRio.br/aprodab/artigos/uso\\_publico\\_em\\_unidades\\_de\\_conservacao\\_marcia\\_leuzinger.pdf](http://www.nima.pucRio.br/aprodab/artigos/uso_publico_em_unidades_de_conservacao_marcia_leuzinger.pdf)>. Acesso em: 20 ago 2015.
- LINDBERG, K. e HUBER Jr., R. M. Questões econômicas na gestão do turismo. In: HAWKINS, K. e LINDBERG, D. E. (Orgs.) *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo, SP 3. edi. SENAC, 2001.
- MENDONÇA, R. e NEIMAN, Z. Ecoturismo: discurso, desejo e realidade. *Turismo em Análise*, São Paulo, 11 (2), p. 98-110, 2000.

- OMT. *Turismo Internacional: uma perspectiva global*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- ROE, D.; WILLIAMS, N. L.; CLAYTON, B. D. *Take only photographs, leave only footprints: the environmental impacts of wildlife tourism*. London: The International Institute for Environment and Development, 1997.
- RUSCHMANN, D. V. de M. *Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente*. 7. ed. Campinas: Papirus, 2001.
- RUSSO, C. R. Meio Ambiente entre as Unidades de Conservação: o material de trabalho para o Ecoturismo. *Cadernos - Centro Univale São Camilo*, v.7, n.2, p. 47-55, 2001.
- SERRANO, C. M. de T. A vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em unidades de conservação. In: SERRANO, C. M. T.; BRUHNS, H. T. (Orgs.). *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas: Papirus, 1997. p. 103-124.
- SCHWARTZ, G. M. O conteúdo virtual do lazer: contemporizando Dumazedier. *Licere*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 23-31, 2003.
- WWF. *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. MITRAUD, S. (Org.). Brasília, DF. 2003.